

A DÁDIVA NO TRABALHO COMUNITÁRIO: CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULOS SOCIAIS POR COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA

Gabriela Arantes Ferreira de Sales¹
Maria do Rosário Rolfsen Salles²

Resumo: A proposta do presente trabalho é apresentar uma reflexão sobre a constituição de vínculos sociais estabelecidos a partir de um sistema de cooperação integrado, representado pelo trabalho comunitário. O estudo é desenvolvido tendo como referência, o sistema do dom, modelo de trocas sociais, sugerido por Marcel Mauss (1974), baseado em um encadeamento de dádivas e contra-dádivas que podem suceder infinitamente. Serão apresentados resultados da pesquisa desenvolvida em oito comunidades localizadas na costa leste do Estado do Ceará. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa, que utiliza dos métodos de entrevista, além do recolhimento de informações em fontes bibliográficas. Nos vilarejos estudados, os grupos são organizados em projetos de base familiar e o turismo comunitário é idealizado partindo da ética e da solidariedade para estabelecer relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e visitantes. Pode-se observar que as atividades turísticas são realizadas por meio de redes colaborativas estabelecidas a partir de vínculos sociais espontâneos como proposta para uma gestão solidária que prima pela troca de saberes e experiências, com o objetivo de desenvolver conhecimento e habilidades para todos os envolvidos.

Palavras-Chave: Dádiva. Trabalho Comunitário. Economia Solidária. Redes de Colaboração Solidária.

¹ Aluna do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi – e-mail: gabbrielasales@hotmail.com

² Docente do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi – e-mail: mrrsalles@uol.com.br

Introdução

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento do progresso técnico-científico é relacionado fortemente à dimensão econômica. Mesmo com o surgimento de campanhas em prol de políticas que destacam os aspectos social e humano, ainda assim, a produção e o mercado, não valorizam o bem estar social e a qualidade de vida. As classes trabalhadoras que pouco tem acesso aos produtos desenvolvidos pelo mercado de supérfluos é a que mais sofre as consequências de um sistema individualista e voltado ao capital. A modernidade pode estar resumida em um modo de vida que impõe um padrão consumista predador da natureza e de vidas humanas em minorias privilegiadas subordinando os objetivos sociais e ignorando os valores éticos. Partindo-se desse princípio, surgem, nas sociedades contemporâneas, economias alternativas que buscam valorizar o saber humano e estimular a produção associada em função do benefício coletivo. Essa nova forma de produzir está centrada na proteção ambiental e na divisão equitativa de bens entre todos os participantes do sistema.

A proposta do presente trabalho é apresentar uma reflexão, resultado de uma pesquisa de campo em oito comunidades localizadas na costa leste do estado do Ceará. O estudo é bastante instigante, na medida em que percebe-se que desenvolvimento comunitário está associado ao modo de produção e à organização do trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa, que utiliza dos métodos de entrevista, além do recolhimento de informações em fontes bibliográficas. A pesquisa de campo foi realizada no mês de janeiro de 2010, quando, foram percorridos 215 km pela costa leste do estado do Ceará para a obtenção de registros e depoimentos de comunidades envolvidas. Em cada uma das comunidades, a permanência no território se deu em instalações comunitárias com hospedagem domiciliar, o que permitiu participar do cotidiano destas comunidades. Os vilarejos visitados foram: Alojamento Frei Humberto (MST), Associação Mulheres em Movimento, Batoque, Jenipapo-Kanindé, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Assentamento Coqueirinho e Tremembé. A análise de campo buscou estruturar-se com base nos objetivos específicos da pesquisa, em especial, sobre como são estabelecidos os vínculos sociais entre os envolvidos nas atividades do turismo comunitário e sobre como ocorre a organização do trabalho comunitário para o estabelecimento de redes de cooperação. Foram realizadas entrevistas formais e informais com moradores das comunidades caiçaras da costa, lideranças comunitárias e representantes de organizações sociais envolvidas.

Dar, receber e retribuir – Reflexões sobre a dívida na sociedade moderna

As sociedades modernas vivem em torno da hegemonia do sistema econômico capitalista dirigido pelos interesses do mercado e o consumismo desenfreado. Esse modelo econômico tem sido discutido mundialmente, pois além de sacrificar bens naturais não renováveis e restringir os recursos em prol do crescimento econômico, cria novas tendências mercantis que entusiasma a mecanização do pensamento humano e ajustam novas regras de vida e comportamento para a sociedade. Segundo Godbout (1998, pg. 39-52), para essa modalidade política e econômica atual, existe um paradigma sociológico que explica tal comportamento e busca refletir sobre as tendências desse mecanismo para os atores desse sistema, que muitas vezes tem suas necessidades transformadas e maquiadas por instituições e autoridades em função do crescimento comercial. Esse paradigma é conhecido como o neoliberalismo. Nas ciências humanas, ele possui diversos nomes: teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo aeconomicus*, teoria econômica neoclássica, entre outros. (GODBOUT, 1998, pp. 39-52). Ainda segundo o autor, as diversas nomenclaturas atribuídas ao paradigma, podem classificar seus diferentes aspectos, porém existe um ponto em comum em todos eles que pode resumir sua essência: “procura explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade, de utilidade”. Para Simmel (apud GODBOUT, 1998, pp. 39-52), esse sistema tende a guiar os atores do processo a partir de vontades criadas por meio de um ambiente imaginário em que as necessidades são criadas artificialmente para que o ciclo desejo-consumo seja abastecido periodicamente:

O membro da sociedade moderna se vê às voltas com um número impressionante de instâncias, de pessoas, de instituições, de autoridades, que tentam lhe dizer quais deviam ser seus valores, suas preferências, que tentam lhe dizer o que é bom para ele. Costumam ser instâncias externas à sua comunidade, que ele tende a considerar ilegítimas. (SIMMEL APUD GODBOUT, 1998, pp. 39-52).

Nesse caso, as relações são extremamente impessoais, não há envolvimento e não há promessa de uma relação a longo prazo. Para Godbout (1998, pg. 40), as sociedades modernas encontram espontaneamente uma vantagem no sistema de mercado: a liberdade, traduzida pela facilidade de sair de uma relação que não se aprecia, e ir procurar outra, livre de regras e sem necessidade de explicações ou satisfações sociais. Segundo o autor, o modelo mercante visa à ausência de dívida.

Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei da equivalência, predominante no sistema utilitarista, “cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro e portanto, não nos insere num sistema de obrigações” (GODBOUT, 1998, pp. 39-52). Nesse sentido, a liberdade moderna pode ser considerada essencialmente como a ausência da dívida. “O par constituído pelo individualismo e a economia neoclássica busca fundar a ética do comportamento do homem sem nenhuma dívida em relação a quem quer que seja” (SIMMEL apud GODBOUT, 1998, p. 41). Assim, Berthoud (1994, p. 53), classifica o mercado como um meio criado pela sociedade moderna, onde os indivíduos buscam sanar as dívidas pontualmente, sem que haja comprometimentos futuros. Para o autor, o mercado é “um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais. É a essência da liberdade moderna. Nesse jogo infinito da circulação de equivalências, ser um indivíduo, equivale a não dever nada a ninguém”. (BERTHOUD APUD GODBOUT, 1994, P. 53). Nesse sentido, o homem da sociedade moderna torna-se seguro para concretizar sonhos e desejos, muitas vezes criados e manipulados pelo mercado, em um ambiente de liberdade de escolha e garantia de não atrelar pendências futuras à essas transações. Para Godbout (1998), esse modelo tende, a generalizar um valor, o valor de produto.

Se, graças à modernidade, libertamo-nos de nossos laços, por outro lado tornamo-nos cada vez mais dependentes de nossos bens, de nossos produtos e, principalmente, da necessidade de produzir cada vez mais. Em outras palavras, o que era meio (o produto) torna-se fim. Inverte-se a relação fim-meio. O que fora inicialmente definido como estando a serviço das preferências individuais — a produção — acaba sendo o valor supremo, a finalidade (GODBOUT, 1998, pp. 39-52).

Em contraposição ao paradigma economicista e utilitarista, sociólogos e antropólogos desenvolveram estudos que criticam essa abordagem e apresentam uma outra forma de analisar o comportamento social, dessa vez partindo de um olhar coletivo e não mais restrito ao indivíduo. Esse novo paradigma preocupa-se em analisar as diferentes formas de holismo, termo que designa em sentido amplo, todas as teorias que falam da sociedade mais do que do indivíduo. Esse movimento recrimina o monopólio da economia neoclássica e se apresenta como uma alternativa ao paradigma utilitarista (GODBOUT, 1998, pp. 39-52). Segundo Godbout (1999, pg. 37), a essência desse novo pensamento está em romper o isolamento do indivíduo e situá-lo no contexto de suas relações sociais. Etzioni (apud GODBOUT, 1998, pp. 39-52) denomina essa nova rede pensamento de "paradigma do eu e nós", que significa que cada indivíduo possui um sentimento de identidade compartilhada com os outros. Nesse

novo paradigma, os atores sociais não agem somente em função de seus interesses, mas sim em função de normas e valores coletivos. Para Etzioni (1988, pp. 41-43), os atos morais tendem a representar os ímpetos sociais sobre compromissos não deliberados:

Atos morais refletem um imperativo, uma generalização, e uma simetria quando aplicados aos outros [...] são intrinsecamente motivados e não passíveis de uma análise meios-fins. [...] repudiam a racionalidade instrumental que inclui a consideração de custos e benefícios. [...] De fato, a "instantaneidade" de tais decisões é usada por várias pesquisas como uma indicação de que se trata de um compromisso não deliberado. (Etzioni, 1988, pp. 41-43)

Os dois paradigmas descritos representam que as relações sociais decorrem a partir da liberdade e da livre escolha, onde os indivíduos podem seguir guiados pelo modelo da racionalidade, ou por um comportamento determinado por normas, pela obediência a regras. Para Caillé (1998, pp. 5-38), nenhum dos dois grandes paradigmas apresentados podem elucidar questões relativas ao comportamento social. Por isso, ele propõe e instiga reflexões acerca da dádiva e sobre os estudos realizados inicialmente por Marcel Mauss, e que hoje são conduzidos por autores representantes do movimento “Mouvement Anti Utilitariste em Sciences Sociales (M.A.U.S.S)” – Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais, entre os quais, Alain Caillé foi o precursor. Para Caillé (1998, pp. 5-38), a dádiva desafia os grandes paradigmas propostos e por isso merece destaque dentre as pesquisas sociológicas:

Entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Não é um fenômeno irrelevante. Basta pensar no que circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços. Na sociedade moderna, a dádiva circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência, etc. (GODBOUT, 1998, pg. 39-52).

A dádiva não corresponde ao modelo mercantil; uma de suas principais características consiste no fato de que os agentes sociais não estão condicionados à equivalência e a quitação das dívidas contraídas. O movimento da dádiva não é unilateral, embora a retribuição não seja o objetivo no sistema da dádiva, geralmente, ela acontece, e muitas vezes maior do que a dádiva inicial. Para Godbout (1998, pg. 39-52) “[...] O mercado se baseia na liquidação da dívida. A dádiva baseia-se, ao contrário, na dívida. Isso pode ser observado tanto nos laços primários como nas relações de parentesco, na doação a um desconhecido, na doação de órgãos”. A dádiva não corresponde ainda ao paradigma holista, pois enquanto os agentes nesse sistema agem por obrigação às regras e normas, no sistema da dádiva, os atores valorizam o prazer envolvido na relação. Segundo Godbout (1998, pp. 39-52), uma dádiva feita por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior e por isso a

moral do dever não se aplica à dádiva. [...] os membros de um sistema de dádiva possuem uma relação muito particular com as regras. “Antes de mais nada, as regras devem estar implícitas. Por isso, é de muito mau gosto deixar o preço num presente, ou aludir a ele”. No sistema da dádiva – o doador, por muitas vezes chega a negar a importância da dádiva. Ao doar algo, é comum responder após o agradecimento, “*de nada*”, como forma de diminuir a obrigação de retribuir e tornar a retribuição incerta. Esse mecanismo torna o outro livre para dar por sua vez. Oportuniza-se assim ao receptor fazer uma verdadeira dádiva (GODBOUT 1998, pp. 39-52).

Constata-se, desse modo, que os atores da dádiva introduzem, deliberada e permanentemente, uma incerteza, uma indeterminação, um risco quanto à efetivação do contrato, de modo a se afastarem o máximo possível do contrato, do comprometimento contratual (mercantil ou social), e também da regra do dever; na verdade, de qualquer regra de tipo universal. Por quê? Porque estas últimas têm a propriedade de obrigar o outro independentemente de seus “sentimentos” em relação a mim, independentemente do elo que existe entre o outro e eu (GODBOUT 1999, pg. 52).

De acordo com Caillé (1998, pp. 5-38) o sistema da dádiva, representado pela trílice obrigação – dar, receber e retribuir, é um modelo de ação social totalmente diferente e paradoxal, pois estabelece ao mesmo tempo, uma relação de “liberdade e obrigação” e de “interesse e desinteresse”. O ritual da dádiva não se resume em mero ritual, pelo contrário, em uma relação que envolve dádiva, há expressão obrigatória de sentimentos de generosidade, gratidão e espontaneidade (CAILLÉ, 1998, pp. 5-38). Em suma, as formas de liberdade e dívida descritas no sistema da dádiva são diferentes daquelas contraídas pelo sistema mercantil. Na dádiva, não há preocupação em relação à contração da dívida e não consiste na facilidade, para o ator, de sair da relação; “situa-se, ao contrário, dentro do laço social, e consiste em tornar o próprio laço mais livre, multiplicando os rituais que visam diminuir, para o outro, o peso da obrigação. A dádiva é um jogo entre liberdade e obrigação”. (GODBOUT 1998, pp. 39-52).

Assim, o modelo da dádiva não se liga, a nenhum dos dois paradigmas dominantes. A não equivalência, a espontaneidade, a dívida, o prazer do gesto e a liberdade se opõem às teorias de holismo e individualismo metodológicos (GODBOUT 1998, pp. 39-52). Para Godbout (1998, pp. 39-52), “[...] a verdadeira dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar em movimento, uma obrigação que o doador dá a si mesmo, mas uma obrigação interna, imanente”.

Uma economia diferenciada em uma sociedade da dívida

Para Donati (apud Godbout, 1998, pp. 39-52), a dívida seria uma experiência que permite pertencer a uma comunidade que não limita seus indivíduos, pelo contrário, tem por objetivo, expandir os pensamentos em uma voz comum. Para o autor, a dívida está presente em uma comunidade de forma a fazê-la prosperar, contrariamente a uma visão individualista, a experiência da solidariedade comunitária não contradiz a identidade e pode, ao contrário, desenvolvê-la. Nesse sentido, Caillé (1998, pp. 5-38), descreve que a dívida seria, uma experiência social fundamental, de experiência dos fundamentos da sociedade, daquilo que nos liga a ela para além das regras cristalizadas e institucionalizadas como normas da justiça. A constituição do sistema da dívida quando completo em um ciclo, pode ser denominado de “um fato social total – uma experiência que concretiza a ligação entre indivíduo e sociedade, entre liberdade e obrigação. Uma experiência em que a sociedade é vivida como comunidade. (MAUSS apud CAILLÉ, 1998, pg. 5-38)

Nas sociedades e comunidades, o sistema do dom, representado pela tríplice-obrigação ocorre por diversos motivos: para que as pessoas estejam ligadas, para se conectarem à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, entre outros. Por isso, Caillé (1998 pp. 5-38) explica, “a dívida é o que circula a serviço do laço social, o que o faz aparecer, o que alimenta”. A dívida é sistema que propicia o vínculo pela comunicação, atua para romper o isolamento e para que as pessoas sintam sua própria identidade. Por isso é perceptível o sentimento de poder, de transformação, de abertura, de vitalidade que invade os doadores, que dizem que recebem mais do que dão. “A dívida seria, então, um princípio consubstancial ao princípio vital, aos sistemas vivos” (CAILLÉ 1998, pp. 5-38). Nesse sentido, é possível observar algumas comunidades que interagem consciente ou espontaneamente por meio do sistema da dívida. Essas comunidades, que serão apresentadas a seguir, são reconhecidas por desenvolverem atividades cotidianas que utilizam o sistema do dom como canal principal para aproximar pessoas, firmar laços e constituir alianças. Envolvidas neste processo, essas comunidades passam a estabelecer vínculos solidários a partir da formação de redes de cooperação. Nesse sentido, observa-se a participação de indivíduos em uma economia diferenciada, que não segue os padrões economicistas e que será denominada nesse trabalho de economia da dívida.

Em Ciências Sociais, a economia da dádiva ou economia do dom é uma forma de organização social na qual os membros fazem doações de bens e serviços, uns aos outros, sem que haja, expectativa de reciprocidade, como no sistema economicista. Todavia, a obrigação de reciprocidade existe, não necessariamente envolvendo as mesmas pessoas, mas como uma corrente contínua de doações. Pode ser caracterizada e comparada às economias primitivas, que são autosuficientes, pois utilizam o sistema de troca do excedente produzido, pelos poucos bens que não conseguem produzir. Essa economia pode coexistir, com as economias planejadas, ou de mercado. Segundo Mauss (1974, pg. 54), dispor de um bem, seja ofertando-o ou destruindo-o, é a base para a formação de alianças e geração de respeito. Permeados sempre por significados simbólicos diversos, os contratos são feitos com base na oferta. Dispor de um objeto significa fazer um pacto. A economia do dom é uma forma de organização, não um tipo de contrato que se assina conscientemente. Segundo Mauss (1974, pg.47), “não se está falando em termos legais: estamos falando de homens e grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos humanos que se transformam em ação” (MAUSS, 1974, pg.47).

Redes de cooperação comunitária e o trabalho associado

Para Caillé (2002, pg. 5), a rede “é o conjunto de pessoas com as quais o ato de manter relações de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade”. Segundo o autor, é importante reconhecer que essas redes, tradicionais ou modernas, são alianças generalizadas criadas na aposta na dádiva e na confiança.

Círculo ou rede, dá no mesmo. Sem saber — já que os sociólogos americanos ignoram completamente Mauss —, Granovetter centra sua reflexão a respeito das redes exatamente naquilo que Mauss descobrira em sua busca da dádiva através da infinita variedade de culturas: fidelidade e confiança. A única coisa que falta *a priori* nessas análises é reconhecer que essa aliança generalizada que constitui as redes, atualmente como nas sociedades arcaicas, só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança. E constatar que o vocabulário da fidelidade e da confiança é indissociável do da dádiva (Servet, 1994), já que é a palavra dada, mais do que o juramento e antes dele (Verdier, 1991). A referência à dádiva, em razão de sua natureza simbólica, abre imediatamente para uma dimensão que é irredutível às redes concretas e empiricamente determinadas. (Caillé, 2002).

Isto significa dizer que a obrigação social que une os membros de uma rede não tem apenas caráter moral, mas igualmente político, dado pelo interesse dos membros na aliança. A formação de redes de cooperação resulta de uma busca progressiva de um pensamento sociológico antiutilitarista e humanizante que, ao longo do século XX, valoriza a força da associação como recurso explicativo poderoso dos movimentos

coletivos e espontâneos (MARTINS, 2008, pg. 9). Para Martins (2008, pg. 9), a rede social responde a uma exigência a partir de demandas práticas, representadas por meio de novas metodologias de intervenção social, ou novas formas de participação e de mobilizações coletivas. A teoria da rede social revela a preocupação em explicar o fato social não a partir da liberdade individual, mas de uma formação coletiva que se impõe às vontades individuais.

Para Mauss (apud, CAILLÉ 1974, pg. 45), o fato social, para aparecer como “fenômeno total”, exige que a observação seja centrada sobre o conjunto de bens materiais e simbólicos que circulam no interior da sociedade, determinando que os lugares próprios e singulares de cada membro sejam compreendidos pelo ângulo da totalidade. Assim, Martins (2008, pg. 12), conclui que a introdução da noção de rede nos estudos sociológicos constitui um objeto importante para se avançar na discussão sobre as mobilizações sociais a favor das redes de cidadania. O sociólogo italiano Alberto Melucci (apud MARTINS, 2008, pg. 14) afirma que os movimentos são naturalmente sugeridos por uma estratégia de redes - pequenos grupos imersos na vida cotidiana, na qual os membros, mediante suas experiências e inovações culturais, contribuem para o seu desenvolvimento. Breno Fontes (apud MARTINS, 2008, pg. 14), também colabora com reflexões sobre o assunto e define o movimento das redes como sendo “redes de redes” – um sistema associativo que produz e divulga a mobilização dos indivíduos para associação em novas redes. Para o autor, o conceito de rede permite compreender que cada ator social tende a se inscrever em diferentes círculos de troca, em um movimento permanente em que as redes de mediação tanto geram novas redes como renovam as antigas.

A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram em laços de sinergia coletiva, que facilitam a transformação de cada parte pela sua relação com as demais. (MANCE, 2006 pg. 46). A Rede de Colaboração Solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização, onde todos propõem a praticar o consumo solidário, por meio da aquisição de produtos e serviços da própria Rede, sendo que o excedente obtido é reinvestido, o que garante a sustentabilidade das ações e o consumo de todos. Para MANCE (2006 pg. 46):

Quatro são os critérios básicos de participação nessas redes: a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busque-se preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não

Quando redes locais deste tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem a exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão. As redes de colaboração solidária, portanto: a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença, promovendo solidariamente (MANCE, 2006 pg. 49).

Para Caillé (1998, pp. 5-38), as análises em termos de redes se inscrevem no quadro da reflexão aberta por Marcel Mauss. Segundo o autor, os dois grandes paradigmas sociais representados pelo holismo e individualismo, têm em comum o fato de pensarem a sociedade segundo um eixo vertical:

Raciocinar em termos do interacionismo da dádiva, de pensamento do político, é, ao contrário, adotar um ponto de vista radicalmente imanente, horizontalista, e mostrar que é do mesmo movimento que se produzem ou se reproduzem os termos opostos, a base e o topo. Nesse sentido, entende-se que não há nem indivíduo nem sociedade — nem natureza nem sociedade, mas a (inter)ação dos homens concretos. (CAILLÉ 1998, pp. 5-38)

Caillé acredita que hoje a sociedade vive em um momento de pressões para reforma do sistema político em geral e a discussão sobre rede, parece estratégica para auxiliar teórica e politicamente as mobilizações sociais, permitindo que as organizações não-governamentais e associações locais possam administrar os problemas que atingem a sociedade (CAILLÉ 1998, pp. 5-38).

Partindo das reflexões sugeridas por Mauss e Caillé acerca do interacionismo em redes para a mobilização de sistemas políticos, econômicos e sociais, Coraggio (apud Leite, 2009, pp. 31-51) desenvolveu uma reflexão teórica, com base nos princípios da economia solidária, mas a partir do que ele denomina “economia do trabalho”. Esta é entendida pelo autor como uma economia social que vai além dos interesses individuais e que busca, primordialmente, a criação de bens coletivos. Este tipo de economia, baseada nas unidades domésticas, contemplaria um conjunto de atividades, entre as quais as cooperativas e outras formas de ações econômicas, apareceriam juntamente

com o trabalho por conta própria e as atividades de produção de bens e serviços que são consumidos pelas unidades domésticas sem passar pelo mercado. Tais atividades incluem o trabalho de limpeza, da cozinha, de tomar conta das crianças, na horta, do conserto e confecção de roupas, de construção de móveis, da própria casa etc. (CORAGGIO, 2000, p. 98).

Para o autor, o conjunto da população trabalhadora não consegue ser inserida em empreendimentos do sistema capitalista atual. Ainda assim, a limitação das políticas públicas em face do desemprego e da precarização do trabalho estariam levando a população excluída a buscar formas de subsistência na economia doméstica, cuja lógica não é da reprodução do capital, mas da reprodução ampliada da vida (Coraggio apud Leite, 2009, pp. 31-51). Nesse sentido, Coraggio considera que é a partir da economia do trabalho, que se poderia apoiar a empresa social: "os empreendimentos que não só produzem mercadorias, mas que 'produzem sociedade'. Tal tipo de empreendimento 'investe num único capital que possui: 'as pessoas' e isto começa por dar créditos a elas, no sentido da reprodução ampliada da vida, que para o autor significa, a melhoria da qualidade de vida com base no desenvolvimento das capacidades e das oportunidades sociais das pessoas (CORAGGIO, 2000, p. 98).

Coraggio admite a possibilidade do desenvolvimento de relações de cumplicidade e ao mesmo tempo de fortalecimento de laços sociais entre os envolvidos na economia do trabalho, o autor acredita na possibilidade de uma economia alternativa:

[...] que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos de políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas micro-regiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação (Coraggio, 2003, p. 116).

Embora o autor não considere que a economia do trabalho seja inexorável, ele a vê como uma promessa que pode satisfazer diretamente parte das necessidades das maiorias locais e competir exitosamente no mercado nacional ou global, "gerando ocupações mercantis e os ingressos monetários necessários para sustentar-se e ampliar-se sobre suas próprias bases de interdependência" (Coraggio, 2003, p. 116). Esse sistema não se constituirá, contudo, naturalmente, mas "requer que se invistam energias importantes no desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e microredes populares" (Coraggio, 2003, p. 116).

A dádiva no trabalho comunitário: vínculos sociais e colaboração solidária no Ceará

A pesquisa de campo foi realizada em oito comunidades litorâneas do estado do Ceará, no mês de janeiro de 2010. Foram percorridos 215 km pela costa do estado para a obtenção de registros e depoimentos de comunidades que adotavam a prática do turismo comunitário solidário. A permanência no território se deu em instalações comunitárias com hospedagem domiciliar, o que permitiu participar do cotidiano destes grupos. As comunidades visitadas foram: Alojamento Frei Humberto (MST), Associação Mulheres em Movimento, Batoque, Jenipapo-Kanindé, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Assentamento Coqueirinho e Tremembé. Foram realizadas entrevistas formais e informais com moradores das comunidades caiçaras da costa, lideranças comunitárias e representantes de organizações sociais envolvidas.

Observou-se que as comunidades estudadas, articulam-se prioritariamente a partir de um sistema de cooperação informal às regras do trabalho oficial. Nessas comunidades os laços sociais são formados a partir da cooperação e reciprocidade, que se tornam os principais meios de proposta de sociabilidade. As famílias envolvidas na rede de trabalho, dispõem gentilmente suas habilidades aos demais, propondo a criação de uma rede de trocas. Na maioria das vezes, para esses gestos, há retribuição, por isso, implicitamente e de forma sutil, “a obrigação” de dar em retribuição é destacada pela gratuidade e pela liberdade. Para todas as trocas simbólicas realizadas nessas comunidades existe a sensação de espontaneidade e generosidade. Nota-se que todos os envolvidos nesse sistema, preocupam-se em retribuir a dádiva recebida de forma criativa e cuidadosa, para que a retribuição seja envolvida pelo sentimento de gratidão absoluta, afirmando a perenidade da relação. Muitas vezes o agrado retribuído pode ser apenas um gesto de atenção, ao ouvir uma história a beira do rio, ou a simples companhia em uma noite de calor – nessas comunidades, observou-se que os pequenos gestos em retribuição às dádivas recebidas, são fortemente percebidos, registrados e considerados pelos receptores.

Observou-se ainda, que as comunidades cearenses procuram evitar a circulação monetária. Os serviços prestados nas comunidades são realizados de acordo com as aptidões individuais, em um movimento que busca trocar saberes e valorizar cada uma das experiências do grupo. Nesse sentido, as pequenas comunidades possuem integrantes com mais habilidades em determinadas atividades, sendo esse, o responsável por repassar suas aptidões à frente e divulgar ao grupo seus saberes especiais. Esses

ensinamentos, muitas vezes tornam-se serviços prestados, que são retribuídos das mais diversas maneiras. Existe assim, a afirmação de uma convenção de gratuidade para essas ações, que serão recompensadas com outros gestos. Para essas relações, a simples troca mercantil não poderia preencher a quantidade nem a qualidade do vínculo estabelecido. Esses vínculos fazem parte de uma cadeia ininterrupta, e as dádivas concedidas, muitas vezes não são consideradas como dádivas pelos seus doadores. Muitos afirmam que não notaram sua atitude de retribuição ou que não perceberam em si, um gesto acolhedor ou confortante. Percebe-se assim, que o dom circulante nessas comunidades, é recoberto de gratidão autêntica, onde a dádiva atua por si só, estruturando um sistema espontâneo de cooperação, representado por trocas simbólicas.

Assim, o dom torna-se uma sequência arbitrariamente destacada por propostas de vínculos que estabelecem boas relações. O que circula entre os moradores das comunidades estudadas, está a serviço do laço. Ao contrário da troca mercantil, a sequência não é fechada, e os papéis não são finitos. De certa maneira, nesse sistema de laços sociais, nota-se cotidianamente que a equivalência do mercado tende a ser substituída por uma “nova economia”, que valoriza o trabalho humano e que propõe a aliança social e a cooperação integrada como reparadoras dos problemas ocasionados pelo utilitarismo. Da mesma forma, percebe-se que as dívidas assumidas pelo vínculo, são aceitas de forma aberta e sincera, indicando que para cada dádiva recebida, existirá um envolvimento em um processo prazeroso que invade a promessa de retribuição.

A sequência do dom, representada pelas comunidades estudadas não compromete apenas os dois indivíduos envolvidos nesse sistema, mas também as suas famílias. As representações de sentimentos de amizade e fraternidade estão presentes nas atividades cotidianas das comunidades. Acredita-se que nem mesmo essas comunidades saibam a proporção dos vínculos criados a partir do sistema de cooperação solidária estabelecido entre eles, afinal, são muitas as comunidades que podem ser consideradas beneficiadas com os enlaces da cooperação mútua, propiciando a troca de experiências e a valorização do trabalho tradicional. É possível que os laços estabelecidos tenham tomado proporções tão maiores do que aquelas que a população local possa reconhecer. Isso porque, os indivíduos estão inseridos numa rede de alianças que não se isolam, ao contrário do que se observa numa transação mercantil, todas as ações vigoradas nesse processo são seladoras de novas comunhões, que por sua vez, são responsáveis por gerar novas redes colaborativas e assim por diante.

Considerações Finais

A falta de alternativas de emprego e os baixos salários são índices incidentes para as famílias tradicionais residentes na costa cearense. Nesse território é possível encontrar crianças e adolescentes que são rendidos ao subemprego e até mesmo à prostituição, em função de um mercado segregador, responsável pela exclusão social. Tendo esse cenário como base, muitas famílias cearenses resolveram unir forças e construir uma estratégia alternativa que pudesse abrir espaço para os desfavorecidos, em busca do desenvolvimento local. Essas famílias propuseram então, uma economia centrada no trabalho, uma "outra economia" que, sem a pretensão imediata de substituir a economia centrada no capital, fosse capaz, no entanto, de disputar com ela. Nesse sentido, os núcleos familiares organizaram-se em um sistema integrado de cooperação que buscava trocar experiências e saberes, em prol do bem coletivo. Nessa região, a atividade turística passou a ser gerida pela comunidade, onde os ganhos econômicos são rateados por todos.

Por meio do sistema solidário de produção, foi possível observar o aparecimento de vínculos sociais estabelecidos entre os envolvidos, que direta ou indiretamente se organizaram nos moldes da economia solidária, sistema que supõe a relação de intercâmbio respeitoso entre o turista, a comunidade local e a natureza. O que circula entre os moradores, está a serviço do laço, da compreensão e do auxílio mútuo. Em contraposição à troca mercantil, nesse sistema de alianças, nota-se que a garantia de inclusão social é o eixo de todo o processo. Da mesma forma, em que as dívidas assumidas pelo vínculo, são aceitas, existe uma promessa implícita de retribuição. As representações de amizade e fraternidade são presentes em atividades profissionais e a cada movimento de troca e aprendizado é possível perceber a intensificação desses sentimentos. São muitas as comunidades que podem ser consideradas beneficiadas com o sistema de cooperação implantado, que prima por valorizar o trabalho tradicional. É possível que os laços estabelecidos entre os indivíduos, por meio do trabalho comunitário, tenham tomado proporções maiores do que a população possa reconhecer, o que comprova que muitos dos atores do processo desenvolvem ações solidárias de forma espontânea, sem alimentar esperança pelo retorno imediato. Conclui-se que a alternativa encontrada pelas comunidades tradicionais cearenses para a inclusão social, por meio do trabalho comunitário, beneficiou significativamente a todos os envolvidos, garantindo o fortalecimento dos laços sociais comunitários.

Referências

- BARRETO, Margarita. **Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos**. Turismo em análise, São Paulo, v.15, n. 2, Nov.2004, p.133-149
- CAILLÉ, Alain (2002a) **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**, Petrópolis, Vozes;
- CAILLÉ, Alain (2002b) “**Dádiva e associação**” In Martins, P.H. (org.) **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**, Petrópolis, Editora Vozes;
- CAILLÉ, Alain (1998) “**Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva**” in Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.8, volume 13, ANPOCS;
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **A pesquisa em Hospitalidade**. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano V, n. 2, p23-56, dez. 2008.
- CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- CORAGGIO, José Luís. (2000), “**Da economia dos setores populares à economia do trabalho**”, in Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (orgs.), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ, Vozes.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti e BUENO, Marielys Siqueira (Orgs.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Thomson, 2003.
- GODBOUT, Jacques. **Introdução à dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.13, n.38. São Paulo: outubro, 1998.
- GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GODBOUT, Jacques. (2004) “**Digressão sobre as redes e os aparelhos**” in **Redes sociais e saúde: nova perspectiva de análise**, Recife, Editora Universitária da UFPE;
- LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2009, vol.24, n.69 [cited 2010-07-09], pp. 31-51 . Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100003&lng=en&nrm=iso. ISSN 0102-6909.
- MARTINS, Paulo Henrique. (2000) “**Sociologia, intervenção e ação social**” in **Estudos de sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife;
- MARTINS, Paulo Henrique. (organizador) (2002) **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**, Petrópolis, Vozes, 2002;
- MARTINS, Paulo Henrique e Medeiros, (2003) **A Economia solidária e popular: questões teóricas e práticas**, Recife, Ed. Bagaço;
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU; Edusp, 1974.
- SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2005.
- SHERER-WARREN, I. (1993) **Redes de movimentos sociais**, São Paulo, Edição Loyola;